Nº 170 · Agosto de 2015

@serjusmig /serjusmig

SERJUSMIG

Notícias

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais

QUER SABER POR QUE ELA ESTÁ ENVERGONHADA?

Leia este SERJUSMIG Notícias

EDITORIAL

Desde nossa última edição, publicada em maio, a luta da categoria foi intensificada. Os apelos até então feitos à Administração do TJMG, em favor do diálogo e da necessidade de se tratar com atenção e respeito os direitos e demandas da categoria, foram ignorados.

Na paralisação do dia 9/4, os Servidores, para chamar a atenção à crescente indignação para com o silêncio da Administração da Casa em relação às suas reivindicações, marcharam do Fórum Lafayette até a Rua Goiás, onde, debaixo da janela da presidência do TJMG, fizeram seu protesto e reafirmaram suas demandas não respondidas. Mais uma vez a resposta foi o silêncio, portões trancados e forte aparato policial.

O ouvidor-geral des. Jaubert Carneiro Jaques, sensibilizado pelos apelos da categoria, tentou intermediar o diálogo entre a presidência do TJMG e os sindicatos, enviando um documento ao presidente. Mas suas sugestões também não foram acatadas, já que nenhuma medida proposta por ele foi levada a efeito, não tendo havido sequer a marcação de reunião para se tentar estabelecer o diálogo e uma mesa de negociações.

Ante a esta situação e ao fato de não só não se conseguir avançar em novas conquistas, mas, perceber-se a possibilidade de se passar a somar perdas, incluindo nestas o direito à revisão geral salarial (Data-Base), o SERJUSMIG promoveu AGEs e Encontros com a categoria, dos quais saiu a deliberação sobre a necessidade de se investir em campanha de mídia para que estes apelos pudessem ganhar apoio e, assim, passassem a ser ouvidos. O Sindicato lançou, com grande repercussão, uma Campanha Salarial, veiculando-a em TVs, rádios e cartazes.

A presidente do Sindicato, Sandra Silvestrini, é citada pelo oficial de justiça

Porém, todo o material precisou ser retirado de circulação em virtude de ações judiciais interpostas pela Amagis e pelo presidente do TJMG. No caso deste último, colocando no polo passivo não só o Sindicato, mas também a mim, como se em algum momento eu tenha agido por conta própria e não no fiel cumprimento das atribuições do cargo de presidente contidas no Estatuto da entidade, das decisões de AGEs, Reuniões Ampliadas ou reuniões de Diretoria Executiva, às quais obrigatoriamente estou submetida. Mas estas questões serão devidamente demonstradas por mim (na condição de ré em que fui colocada) e pelo SERJUSMIG, na esfera Judicial.

O que, na condição de presidente do SERJUSMIG, asseguro à categoria, é que, obviamente, as decisões judiciais estão sendo obedecidas, tendo sido retirados do site e outros espaços os materiais da campanha impugnados, mas que a luta pela revisão geral salarial anual de 2015, pela implementação da Lei 20865/2013(escrivães e contadores), por mais investimentos no orçamento para a Promoção Vertical e pela extensão do benefício do auxílio-saúde aos Servidores (aposentados e ativos) não terá trégua. Ela é legítima e justa, além de embasada em decisões de várias AGEs e reuniões com a categoria onde restou deliberado o uso de todos os instrumentos na defesa desta pauta.

E a mensagem que deixo é que não devemos e nem podemos perder a fé na Justiça. Porque, se não pudermos confiar no Poder Judiciário como guardião da Constituição Federal, portando, dos direitos nela assegurados, como o da revisão geral salarial anual, o da liberdade de expressão e também o da liberdade sindical, em quem, não só nós, mas a sociedade em geral, poderá confiar para exercer tal missão?

Também, e principalmente, não percamos a fé na força de nossa UNIÃO, como o instrumento mais legítimo e forte que dispomos para travar a luta em defesa de nossos direitos.

Sandra Silvestrini
Presidente do SERJUSMIG

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Sandra Margareth Silvestrini de Souza; **1° Vice-Presidente:** Luiz Fernando Souza; **2° Vice-Presidente:** Rui Viana da Silva; **3° Vice-Presidente:** Luzimar Silva Nunes Gontijo; **Diretor Secretário:** José Teotônio Pimentel Gouvêa; **Sub-Diretor Secretário:** Juliano Ribeiro da Cunha; **Diretora Financeira:** Tatiana Correia Borges; **Sub-Diretor Financeiro:** Alípio de Faria Braga; **Diretora de R.Públicas, Promoções e Eventos:** Simone Salgado Rodrigues Gomes; **Sub-Diretor de R. Públicas, Promoções e Eventos:** Willer Luciano Ferreira; **Diretor de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura:** Théo Lellis Alves Nardelli; **Sub-Diretora de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura:** Denise Silvestrini de Campos; **Diretora Social:** Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; **Sub-Diretor Social:** Adalton Couto do Carmo.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: 1º) Antônio Ancelmo de Sousa; **2º)** Ênio de Senna Gomes Júnior; **3º)** Jorcelina Aparecida Ferreira; **4º)** José de Queiroz Toledo; **5º)** Luciano César; **6º)** Tadeu José da Rocha.
SUPLENTES: 1º) Antônio Costa dos Santos Júnior; **2º)** Eduardo Luiz P. Furbeta; **3º)** Jorge Antônio de Almeida; **4º)** Wellington Quintiliano.

Editoras Responsáveis: Ana Drummond Guerra (MG05574JP) e Renata Carneiro (MG08322JP)
Projeto Gráfico: Sônia Silva
Diagramação: Renata Carneiro
Textos: Ana Drummond Guerra e Renata Carneiro
Fotos: Ana Drummond Guerra, Renata Carneiro, Franklin Almeida e colaboradores
Impressão: Gráfica Formato
Tiragem: 11.000 exemplares

SERJUSMIG promove encontro na comarca de Passos

Evento realizado dia 8/8 contou com a importante presença do deputado federal Rodrigo Pacheco (PMDB), que prometeu e cumpriu emitir relatório sobre a PEC526/2010, que dispõe sobre a participação de Servidores na eleição de membros dos órgãos diretivos dos Tribunais de Justiça

No dia 8/8, o SERJUSMIG realizou um encontro com Servidores da comarca de Passos e das proximidades. Em sua fala, Sandra Silvestrini apresentou um resumo de lutas, focando nas questões relacionadas ao orçamento do TJMG, A diretora do SINJUS, Viviane Callazans, falou sobre a tramitação do PL 1106/2015 e o presidente da Fenajud, Luiz Fernando Souza, falou sobre as lutas de interesse dos Servidores do Judiciário nos Estados de forma mais global.

O deputado federal Rodrigo Pacheco (PMDB), emitiu parecer favorável à PEC 526/2010

O evento contou com a presença do presidente da Subseção da OAB local, Dênis Provenzani, e também do deputado federal Rodrigo Pacheco (PMDB), que falou sobre projetos em tramitação na Câmara, enfatizando a PEC 526/2010 - que acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal, dispondo sobre a participação de Servidores na eleição de membros dos órgãos diretivos dos Tribunais de Justiça - da qual foi nomeado relator na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

O parlamentar, após ouvir a defesa dos presentes sobre a necessidade da aprovaçao desta PEC como um passo fundamental para a democratização do Judiciário, sem adiantar detalhes sobre o seu parecer, se comprometeu a elaborar e enviar relatório sobre a matéria, para que ela pudesse seguir a tramitação com agilidade. O deputado cumpriu seu compromisso enviando parecer, que para a satisfação de todos os Servidores, foi favorável.

Nova AGE está marcada para 29 de agosto

Desde o final do mês de julho, vários acontecimentos graves vêm ocorrendo, motivando a convocação de uma AGE em caráter de urgência. Dentre eles, destacam-se: a suspensão, por decisão judicial, do material de divulgação da Campanha Salarial da categoria, a propositura de ações judiciais visando a impedir a divulgação de informações obtidas em veículos de comunicação da mídia em geral e dados constantes do próprio site do TJMG - que, mensalmente, exibe os rendimentos percebidos por Servidores e magistrados - a punição dos que o fizeram, o parco tempo concedido para manifestações individuais em reunião na qual supostamente seria discutido o orçamento da Casa para o ano de 2016, a negativa em conceder a revisão geral salarial da categoria em 2015.

Diante dos fatos relatados acima, o SERJUSMIG convoca em, caráter de urgência, uma Assembleia Geral da categoria, conforme edital abaixo. A AGE não será transmitida on line, porque, mais do que nunca, a presença física dos Servidores é de fundamental importância!

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais - SERJUSMIG, representado por sua presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, nos termos dos artigo 2º, inciso, II, IX e X , artigo 3º, inciso I, artigos 4º, 5º, 6º, inciso VI, art. 13, g, e art. 15º, inciso III do Estatuto da Entidade, convoca todos os seus sindicalizados para a Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a ser realizada no sábado, dia 29 de agosto de 2015, às 9h30, em 1ª convocação, com o número regimental; e às 10h, em 2ª convocação, com o número de participantes, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, na Rua Rodrigues Caldas, 30, Santo Agostinho, para debaterem e deliberarem sobre:

1) Campanha Salarial da categoria, material e espaços de veiculação.

2) Ação Judicial impetrada pela Amagis contra o SERJUSMIG (Processo nº 6065161-18.2015.8.13.0024 - em trâmite na 20 ª Vara Cível BH).

3) Ação Judicial impetrada pelo presidente do TJMG contra o SERJUSMIG e contra a presidente do Sindicato, Sandra Silvestrini (Processo nº 6067002-48.2015.8.13.0024 - em trâmite na 10ª vara cível de BH).

4) Ação Judicial impetrada pelo presidente do TJMG contra Servidores que, em protesto espontâneo contra ações da Administração do Tribunal, optaram por trocar suas fotos de perfis no facebook por imagem e informação contidas na Revista Época, edição 888 (Organizações Globo), disponível na internet a qualquer cidadão, contendo informações sobre rendimentos do presidente do TJMG no 1º trimestre de 2015.

5) Defesa Judicial dessas Ações pelo jurídico do SERJUSMIG.

6) Preparativos relativos a uma Greve Geral ou Parcial.

7) Forma de mobilização que a categoria deverá adotar para dar continuidade à luta pelo atendimento dos itens da pauta de reivindicações aprovada na AGE realizada no dia 28/2, reiterada na AGE do dia 13/6.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2015
(a) Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Presidente/SERJUSMIG

Luto pelo 1º ano da atual

Velório. Enquanto uns comemoram, outros guardam luto: no dia 1/7, data de Minas Gerais, milhares de Servidores, em comarcas de todo o Estado, fo

Em 1/7/14 tomava posse no TJMG o presidente Pedro Bitencourt Marcondes. Ao contrário de toda a "gestão republicana e participativa" que apregoava em sua posse, sua administração vem sendo marcada por imenso retrocesso, representado cotidianamente pela falta de diálogo, falta de democracia e falta de consideração para com os direitos dos Servidores.

A presidência tem negado a efetiva participação dos sindicatos nas discussões de assuntos de total relevância e interesse da categoria que representa, tais como orçamento, planejamento estratégico, plano de carreiras e carga horária. Além disso, a atual Administração descumpre negociações, ameaça cortar direitos dos Servidores e mantém um silêncio desrespeitoso em relação às solicitações de diálogo feitas pelos sindicatos, contrariando o conceito de gestão participativa.

Por tudo isso, os Servidores da Justiça velaram na data a perda inestimável da perspectiva de carreira, da garantia da revisão geral anual, da jornada de 6 horas diárias, do compromisso firmado com Escrivães e Contadores (Lei 20865/2013), do direito de participar das decisões da Casa, dentre outras.

Confira as fotos das comarcas que aderiram ao manifesto:

Abaeté

Águas Formosas

Arcos

Belo Horizonte

Bocaiúva

Buritis

Caeté

Campina Verde

Campo Belo

Campos Gerais

Canápolis

Carangola

Administração do TJMG

que marca o aniversário de um ano da atual gestão do Tribunal de Justiça
oram para as ruas e demonstraram a falta de de motivos para comemorar

Carmo do Rio Claro

Carmópolis

Conceição das Alagoas

Congonhas

Contagem

Corinto

Cristina

Divino

Dores do Indaiá

Governador Valadares

Guanhães

Guaranésia

Guarani

Guaxupé

Igarapé

Em todo o Estado, Servido

Ipatinga

Itabira

Itanhomi

Itapagipe

Jacutinga

João Monlevade

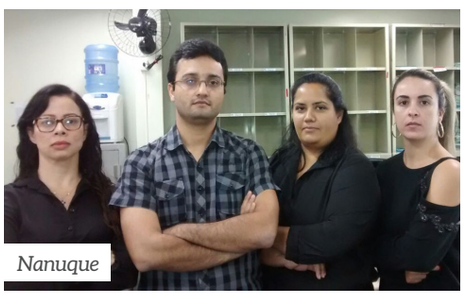
Juiz de Fora

Lagoa da Prata

Mateus Leme

Matozinhos

Monte Alegre de Minas


Nanuque

Passatempo

Piumhi

Poços de Caldas

res manifestaram seu luto

Ponte Nova

Pratápolis

Ribeirão das Neves

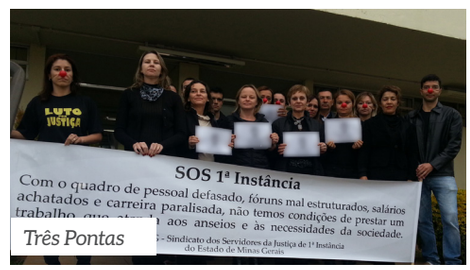
Rio Novo

Santo Antônio do Monte

São Lourenço

Senador Firmino

Três Marias



Três Pontas

Tupaciguara

Turmalina

Ubá

Uberaba

Várzea da Palma

Vespasiano

Virginópolis

Campos Gerais II

Campanha salarial dos Servi
é suspensa por deci

A circulação ou exposição em qualquer mídia, do material publicitário da Campanha Salarial promovida pelo SERJUSMIG, foi suspensa por ordens proferidas em processos movidos pela Associação do Magistrado - Amagis e pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG contra o SERJUSMIG, a presidente do Sindicato, Sandra Silvestrini, o Facebook e o Google.

A campanha critica principalmente o fato de o TJMG negar aos Servidores a recomposição salarial anual garantida no inciso X da Constituição Federal e na Lei 18.909/2010. Até o fechamento desta edição, o SERJUSMIG já havia sido citado para as seguintes ações:

AÇÃO ORDINÁRIA COM REQUERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA ajuizada pela AMAGIS - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS, processo nº 6065161-18.2015.8.13.0024 em face do SERJUSMIG. Em trâmite na 20ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, em que o juiz Renato Luiz Faraco deferiu a antecipação de tutela pleiteada.

AÇÃO AÇÃO ORDINÁRIA COM REQUERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA ajuizada pelo presidente do TJMG, Pedro Bitencourt Marcondes, processo nº 6067002-48.2015.8.13.0024, em face do SERJUSMIG e de sua presidente. Em trâmite na 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, em que o juiz Luiz Gonzaga Silveira Soares deferiu a antecipação de tutela pleiteada.

Autoritarismo

Antes mesmo das ordens judiciais, alguns Servidores já denunciavam ao Sindicato que cartazes de campanhas anteriores vinham sendo arrancados dos postos de trabalhado pelas administrações dos respectivos fóruns ou juízes das varas.

O movimento de retirada do material por parte dos juízes, de acordo com relato de Servidores, teria aumentado após a reunião, do dia 29/7, entre a Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do TJMG com juízes de várias comarcas do Estado para debater a elaboração da proposta de orçamento de 2016.

Nesta reunião, estiveram presentes, dentre outros, o presidente do TJMG, Pedro Bitencourt e o da Amagis, Hebert Carneiro, que é também membro da Comissão de Orçamento do Tribunal, o qual teria dito o seguinte aos presentes: "Os juízes devem atuar como verdadeiros líderes dentro de seus respectivos fóruns, para coibir ações que tentem macular a imagem do Tribunal perante a sociedade".

No Fórum Lafayette, em BH, antes mesmo desta reunião, houve a determinação de que os Servidores retirassem os cartazes. Além disso, houve também a proibição de serem entregues, sem autorização prévia, os boletins que o Sindicato sempre distribuiu com liberdade. Desde então, eles passaram a ter que ser submetidos à "aprovação" prévia da Ascom para que possam ser entregues nas secretarias.

Também em cumprimento a determinações contidas nessas decisões liminares, o SERJUSMIG retirou do seu sítio eletrônico e da sua página do Facebook o conteúdo da matéria jornalística investigativa (a) produzida, (b) editada e (c) publicada pela Revista Época Versão Virtual (integrante do Grupo Globo Comunicações e Participações S.A) com o título principal "Juízes estaduais e promotores: eles ganham 23 vezes mais do que você", de autoria dos jornalistas Raphael Gomide e Lívia Cunto Salles que, no exercício de atividade jornalística, informaram à sociedade assuntos de interesse público.

Servidores processados

Alguns Servidores, das duas instâncias do Judiciário Mineiro, que, num movimento espontâneo de protesto contra o anúncio da não concessão da revisão geral e da política implementada pela atual gestão em relação à categoria, pautados, conforme defendem, no direito da Liberdade de Expressão assegurado na Constituição Federal, resolveram alterar suas fotos de perfis em suas páginas do facebook por uma imagem e informação veiculada na Revista Época, Edição 888 – junho de 2015, também foram processados pelo presidente do TJMG.

idores do Judiciário Estadual são liminar judicial

Campanha Salarial foi criada a partir da recusa em negociar

Os diretores do Sindicato acompanharam Sandra Silvestrini à entrevista na Itatiaia, na qual falou sobre a Campanha Salarial

A Campanha Salarial realizada pelo SERJUSMIG foi uma sequência de uma série de tentativas de fazer a atual Administração do TJMG dialogar com os Sindicatos sobre as demandas da categoria. Antes desta nova campanha, lançada no final de julho, outras foram realizadas, mas não alcançaram êxito no objetivo de fazer com a Casa desse a devida atenção às reivindicações da categoria. Nem a manifestações ou ofícios a presidência da Casa respondia.

Entre essas campanhas, destacam-se: "SOS 1ª Instância" e a "Escuta, TJMG!" Isso sem contar as diversas manifestações, como as que ocorreram na Semana do Servidor e também no chamado "Dia D", quando o TJMG tratou sobre planejamento estratégico sem considerar que a melhor estratégia (e na qual ele menos investe) é valorizar e respeitar sua força de Trabalhadores.

Ante a esta falta de sucesso em todas as tentativas anteriores, a categoria, ouvida por ocasião das manifestações, nas AGEs, nas reuniões ampliadas e encontros, deliberou que o Sindicato deveria investir fortemente em mídia, a fim de que a sociedade pudesse conhecer a dura realidade enfrentada pelos Servidores, aos quais vinha sendo negado até o direito à revisão geral anual.

Tema da campanha é a justiça

A nova Campanha começou a ser veiculada no final de julho e ressalta a necessidade de juízes serem justos em suas decisões. Reafirmando a confiança dos Servidores (e, portanto, do SERJSUMIG) na classe de Juizes, lança uma crítica sobre qualquer gestão (especialmente a de um Poder que é administrado por juízes) que aja de forma diferente, retirando ou desrespeitando direitos legitimamente conquistados pelos trabalhadores. Também ressalta não ser justo negar aos Servidores o direito à reposição salarial que a Administração assegurou à magistratura.

A luta continua

O SERJUSMIG esclarece que tem plena consciência de que o exercício do direito constitucional fundamental da liberdade de expressão e comunicação compreende as clássicas inerências, a dizer: (a) direito de informar, (b) direito de buscar a informação, (c) direito de opinar e (d) direito de criticar, ex-vi do artigo 5º inciso IV, X, XIV, art. 220, caput, art. 220, § 1º, 220, § 2º, todos da Constituição da República, consolidado no plano infraconsti-tucional pela lógica da Lei Federal 12. 527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e defenderá o exercício deste direito até o fim.

E assegura aos Servidores que continuará firme em sua luta na defesa do cumprimento, por parte do TJMG, do direito à revisão geral salarial anual; pela extensão do direito ao auxílio-saúde, hoje já concedido aos magistrados; pela implementação da Lei 20.865/2013, por mais investimentos no orçamento para a Promoção Vertical, bem como todas as outras que se fizerem necessárias para garantir os direitos e a valorização da categoria que orgulhosamente representa.

O Sindicato está preparando novos materiais para substituírem os ora suspensos pela decisão judicial os quais, em breve, entrarão em circulação e veiculação. Ao mesmo tempo, está tomando outras medidas: uma delas foi uma visita à Organização Internacional do Trabalho - OIT, no dia 11/8, para relatar a ocorrência, dentro do TJMG, de práticas antissindicais, com ataques ao direito de greve (corte de ponto de grevistas e prejuízos na carreira, adicionais e até nas aposentadorias) e da perda do direito de liberdade de expressão.

Diretores da Fenajud, SERJUSMIG e SINJUS encontram-se com o diretor-adjunto da OIT, Stanley Gacek, para buscar apoio às lutas da categoria

Em 15 anos, Servidores registram perdas de 12,82%, enquanto magistrados acumulam ganhos de 90,04%

Comprovação. Estudo da subseção SERJUSMIG/SINJUS do Dieese expõe a realidade salarial dos Servidores do TJMG entre os anos 2000 a 2015

Dados do estudo realizado pela Assessoria Técnica da subseção SERJUSMIG/SINJUS do DIEESE, traça comparativo entre a situação salarial dos trabalhadores do Judiciário mineiro e magistrados nos últimos 15 anos (2000-2015). Confira os dados apresentados na Tabela Salarial abaixo:

TABELA SALARIAL SERVIDORES x MAGISTRADOS

	Janeiro de 2000	Equivalência a salários mínimos dos anos 2000*	Janeiro de 2015	Equivalência a salários mínimos em 2015**
Servidores PJ22 (ano 2000) e PJ 28 (ano 2015)	R$ 863,99	5,72	R$ 2.439,54	3,1
Servidores PJ36 (ano 2000) e PJ42 (ano 2015)	R$ 1.353,06	8,96	R$ 3.820,41	4,85
Desembargadores	R$ 5.999,86	39,73	R$ 30.471,11	38,67
Juízes de entrância especial	R$ 5.699,86	37,75	R$ 28.947,55	36,74
Juízes de segunda entrância	R$ 5.414,87	35,86	R$ 27.500,18	34,9
Juízes de direito substitutos e de primeira entrância	R$ 5.144,13	34,07	R$ 26.125,17	33,15

* Salário mínimo no ano 2000 - R$151,00
** Salário mínimo em 2015 - R$788,00

Analisando a tabela, pode-se concluir que os Servidores tiveram uma queda média em seus vencimentos de cerca de 45% em termos de salários mínimos, devida, em grande medida, à política de valorização do piso nacional colocada em prática nos últimos anos. Já os magistrados, analisando os dados referentes ao mesmo período, tiveram, em comparação ao salário mínimo, perda salarial de 3%.

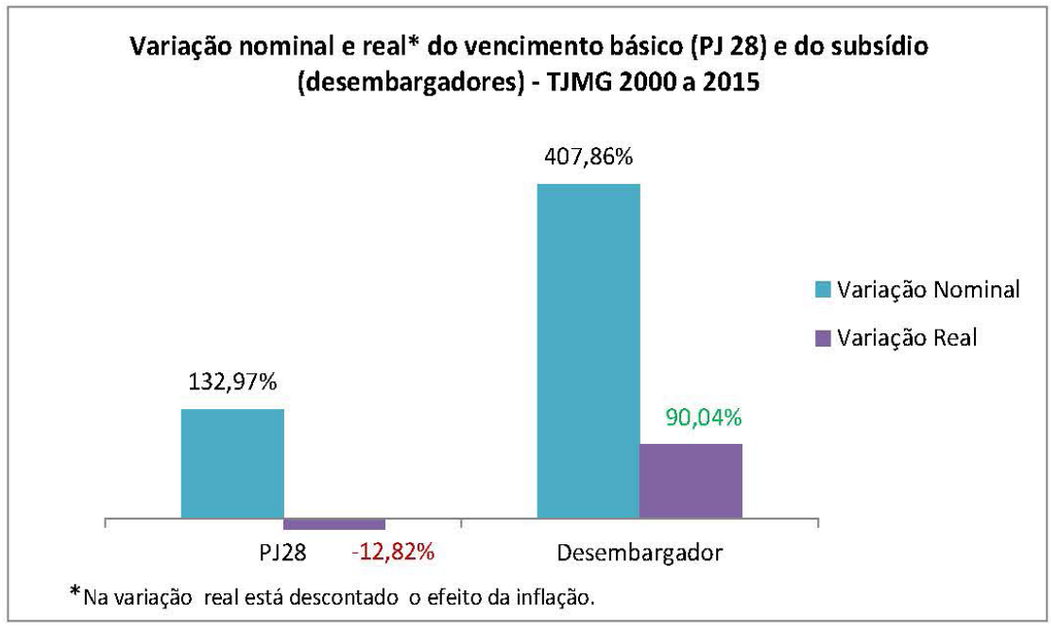
E em termos reais, o que significou essa perda?

Os dados são mais estarrecedores quando a mesma tabela é avaliada levando-se em consideração a variação do IPCA e da perda inflacionária ocorrida neste período: um Servidor que estivesse no PJ28 em janeiro de 2000 recebia como vencimento bruto R$1.047,14; em 2015, esse valor passou a ser de R$2.439,54, o que significa um aumento de 132,97%. Ao se descontar a inflação medida pelo IPCA, que ficou em 167,24% no período de janeiro de 2000 a abril de 2015, percebe-se uma perda acumulada de 12,82%.

No caso da magistratura, um desembargador que recebia R$5.999,86 em 2000, passou a receber R$30.471,11 em 2015, um aumento nominal de 407,86%, que resulta em um ganho real acumulado da ordem de 90,04% no período em questão.

Indenizações

Isso sem mencionar as indenizações. O auxílio-saúde está fixado em 10% do subsídio, variando entre R$2.612,52 (juízes de direito substituto e de primeira entrância) e R$3.047,11 (desembargadores). Já o auxílio-moradia é R$4.786,14. A soma desses valores, em termos de salários mínimos, garante um rendimento extra que varia de 9,39 (juízes de direito substituto e de primeira entrância) a 9,94 salários mínimos (desembargadores).



Com prazo de 90 segundos para manifestações, TJMG apresenta Orçamento 2016

Com tempo limitado para manifestações e sem envio do orçamento para análise prévia, TJMG coroa seu conceito de gestão participativa: apresenta o orçamento 2016 a um grupo de Servidores e sindicalistas, que, sem saber da proposta com antecedência, tiveram um minuto e meio para manifestação

No dia 27/7, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG realizou um encontro com 90 Servidores e um representante de cada sindicato, sob a alegação de propiciar a possibilidade de contribuírem na formatação do orçamento participativo.

No entanto, o que ocorreu foi a apresentação de uma aula sobre construção de orçamento, com demonstrações sobre a Economia do Estado e a proposta pronta pela equipe técnica do TJMG para o orçamento de 2016. Proposta esta que foi aprovada na sessão do Órgão Especial do dia 12/8, sem divulgação prévia de que estaria na pauta. Para a reunião do dia 27/7, nenhum material foi previamente enviado aos sindicatos ou aos Servidores para que estes fizessem uma avaliação e tivessem conhecimento dos números que seriam projetados e, assim, pudessem "participar" efetivamente com suas dúvidas, críticas ou sugestões.

Foto: Acervo TJMG

Na reunião do Orçamento 2016, apenas um representante de cada sindicato foi autorizado a entrar

Por falar em espaço para participação, este também foi limitado: um representante de cada sindicato e mais 10 Servidores puderam se manifestar durante um minuto e meio cada um. Na reunião, foi proibida a entrada da assessoria técnica do Dieese SERJUSMIG/SINJUS.

Proposta

Alegando problemas com as receitas do Estado e com o limite de gasto com pessoal imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a proposta orçamentária do TJMG para o ano de 2016 prevê tão somente:

- Concessão de 5% reajuste (data-base 2016/Servidores).
- Concessão de reajuste de 5% do subsídio dos magistrados.
- Nomeação de 30 novos Oficiais de Apoio Judicial (PJ 28).
- Nomeação de 20 novos magistrados.
- Aplicação de R$ 6 milhões em PV.
- Manutenção das parcelas de URV/equivalência atualmente pagas.
- Redução em 50% das despesas com horas-extras.

Reivindicações negadas

Foram negadas as reivindicações conjuntas do SERJUSMIG e do SINJUS de data-base de 6,88% para 2016; auxílio-saúde de R$700,00 para Servidores, e investimento de 1% do orçamento destinado aos gastos com pessoal para a Promoção Vertical. Também foi negada a concessão da revisão geral salarial dos Servidores em 2015 (até mesmo os 6,28% já previstos no orçamento) e a implementação da gratificação para Escrivães e Contadores (Lei 20.865/2013).

A revisão geral salarial (data-base 2015) seria substituída por um abono, pago em parcela única, em janeiro de 2016, no valor de R$5 mil do PJ 28 ao PJ 58, e de R$ 4 mil a partir do PJ 59. Foram acatadas as reivindicações do SERJUSMIG e do SINJUS de se manter a equiparação dos valores dos auxílios-alimentação e creche ao dos colegas Federais, passando, portanto, o auxílio-alimentação dos atuais R$ 751,96 para R$ 799, e o auxílio-creche de R$ 608 para R$ 632.

Falecimento: Maria Madalena Botinha

No dia 18 de junho, perdemos nossa grande companheira Maria Madalena Botinha Alves Cardoso, assistente social da comarca de Nova Ponte e integrante do Conselho Fiscal do SERJUSMIG. Aos 52 anos, Botinha sofreu um infarto fulminante enquanto cumpria uma visita domiciliar no município de Santa Juliana.

Botinha deixa o marido, Paulo, a filha, Maria Paula, e muitas saudades em todos aqueles que facilmente se deixavam contagiar pela sua irresistível alegria e vontade de viver.

Após dois cancelamentos de Audiência Pública, Servidores realizam ato público na ALMG

Frustração. Audiência Pública que discutiria a conturbada relação entre a atual Administração do TJMG com Servidores e seus sindicatos é cancelada

Primeiramente marcada para acontecer no dia 20/5, a Audiência Pública que debateria na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG a conturbada relação entre a atual Administração do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG com os sindicatos e Servidores foi cancelada.

Semanas depois, a Audiência foi remarcada, desta vez para o dia 8/7. Um dia antes, foi adiada para o dia seguinte, 9/7. O SERJUSMIG havia se preparado para o evento, convocando os Servidores, inclusive do interior, contratando ônibus e organizando toda a estrutura necessária para ocupar o local onde seria realizado o debate. Porém, mais uma vez, a Audiência foi cancelada.

Apesar disso, no dia 9/7, SERJUSMIG e SINJUS decidiram realizar um ato público no qual expuseram à sociedade a indignação da categoria ante os desmandos e as arbitrariedades que rondam a atual Administração do TJMG.

Servidores e Sindicatos protestam em Ato Público em frente à ALMG

Centenas de Servidores das duas Instâncias, muitos deles vindos de várias comarcas do interior de Minas, lotaram a escadaria de entrada da ALMG, onde protestaram principalmente pela anistia aos Servidores punidos em razão da participação na greve de 2011 (PL 1106/2015) e pelo encaminhamento de projeto de Lei ao legislativo concedendo a revisão geral anual (data-base 2015).

"Na ausência do diálogo, o clima de insatisfação aumenta e o enfrentamento torna-se inevitável. Esta situação faz com que todos percam: Servidores, Administração e usuários dos serviços. Por isso, o Sindicato espera que a Administração do TJMG pare de ignorar os apelos em favor do diálogo e sente-se de forma transparente, madura, honesta e sincera em uma mesa de negociações com as lideranças sindicais que representam a grande massa trabalhadora da Casa, sem a qual não há Justiça!", reivindicou na ocasião a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini.

PV2014: falta de transparência da Administração fica clara

Congelamento. Administração destina apenas R$6 milhões para promoção de 3.585 Servidores; apontamento de vagas, mais uma vez, gera questionamentos

Desde que foi publicado, o edital da PV2014 gerou insatisfação nos Servidores. Além de ter o orçamento reduzido pela metade para o triplo de candidatos aptos a concorrer, o apontamento de vagas, mais uma vez suscita polêmica e questionamentos.

Os candidatos aptos a cada classe da carreira já eram conhecidos pelo TJMG antes do apontamento das vagas, pois as inscrições foram prévias. Ainda assim, no edital, vagas foram apontadas para classes de carreiras nas quais não havia Servidor apto inscrito e deixaram de ser apontadas - ou foram apontadas em número insuficiente - para as classes para as quais havia inscritos aptos.

Boa gestão de pessoas é prática que passa longe do TJMG

A falta de atenção da Administração do TJMG com a importância de se assegurar boas práticas de gestão de pessoas tem causado prejuízos à qualidade do serviço. A melhor ferramenta para se conquistar excelência na qualidade da prestação jurisdicional é valorizar e motivar os trabalhadores.

PL da Anistia inicia tramitação na ALMG, mas andamento emperra

Indefinição. O Projeto de Lei 1106/2015 tramita na Assembleia desde maio e, atualmente, aguarda parecer da Comissão de Administração Pública - CAP

O PL1106/2015, caso aprovado, concederá anistia aos grevistas da 2ª Instância que sofreram corte de ponto e estão ameaçados, por processos administrativos, de sofrer prejuízos irreparáveis à carreira, em virtude da participação na greve realizada em 2011.

Mas a tramitação, que por se tratar de um direito assegurado aos trabalhadores na Constituição Federal deveria ser breve e positiva, vem se delongando sem justificativa. Os Sindicatos SERJUSMIG e SINJUS, contando com a efetiva participação de centenas de Servidores, vêm exercendo grande pressão junto aos deputados, em busca da aprovação ao projeto. Na última sessão da Comissão de Administração Pública - CAP, realizada dia 29/6, na qual o projeto estava pautado, o seu relator, Rogério Correia (PT), entrou em acordo com os deputados e sindicatos a fim de que ele fosse baixado em diligência para se tentar um acordo com o presidente do TJMG. Segundo o parlamentar, tal providência tornaria mais provável a aprovação final em Plenário e ainda evitaria possível arguição de ilegalidade.

Sindicatos e Servidores pressionam durante votação das comissões, na ALMG, pela aprovação do PL1106

A suspensão, naquele momento, foi considerada positiva, já que, de acordo com vários parlamentares, havia forte pressão por parte do TJMG para que a matéria fosse rejeitada: "O que tem chamado a atenção dos parlamentares para o assunto e feito com que eles procurem uma composição com o TJMG para evitar o embate com a direção da Instituição, ou com os seus Servidores, é a pressão política da categoria," afirmaram as lideranças.

Uma nova mobilização em favor do PL, que é considerado o resgate do direito de greve, foi marcada para o dia 18/8, às 13h. Além da defesa da aprovação do PL1106/2015, o ato também defenderá a liberdade de expressão garantida na Constituição Federal mas, seriamente ameaçada no TJMG.

Você pode ajudar a fortalecer essa luta! Acesse o site da ALMG e vote a favor do PL: www.almg.gov.br – página inicial – link: opine sobre projetos

Emenda que institui auxílio-saúde a Servidores é rejeitada na ALMG

Emenda foi apresentada pelo SERJUSMIG e SINJUS ao projeto de autoria do Tribunal de Justiça, que o autoriza a transferir recursos para o Colégio de Presidentes. Deputados denunciaram pressão do TJMG para que a emenda fosse rejeitada

Uma das mais importantes reivindicações da pauta dos Servidores, a instituição do auxílio-saúde para a categoria, foi barrada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG. A reivindicação foi apresentada através de uma emenda ao Projeto de Lei 1/2015, que autoriza o Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG a transferir recursos para o custeio de despesas do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

A emenda já havia sido rejeitada pela Comissão de Administração Pública - CAP, porém os Sindicatos ainda aguardaram a votação em Plenário, onde ela foi novamente apresentada pelo deputado Lafayette de Andrada (PSDB). Os Sindicatos tentaram fazer com que os parlamentares intermediassem uma negociação entre as entidades e o TJMG sobre a instituição do auxílio-saúde, mas a reunião não chegou a ser marcada. Antes da votação em Plenário, realizada dia 1/7, os deputados denunciaram a pressão do TJMG para que o PL fosse aprovado com urgência e a Emenda rejeitada. Isso de fato ocorreu, causando insatisfação e preocupação nos Servidores sobre a independência dos Poderes.

Mesmo com toda a pressão exercida pelos Sindicatos e pelos Servidores, a emenda que institui auxílio-saúde foi rejeitada

Vitórias do Jurídico do SERJUSMIG

Atualização valores PV2008

Pedidos da Ação do SERJUSMIG referentes à cobrança de correção monetária e juros de mora sobre o pagamento em atraso da Promoção Vertical 2008 foram julgados procedentes pela 4ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estadual da Comarca de Belo Horizonte, no dia 15/5.

O SERJUSMIG, por meio da Lucchesi Advogados Associados, ajuizou a referida ação visando evitar a perda do valor aquisitivo da quantia percebida por seus filiados em decorrência da mora do TJMG em efetuar o pagamento na data efetivamente devida. Contra a decisão proferida, ainda cabe recurso.

IR x Licença-saúde

Em 2013, o SERJUSMIG, por meio da Lucchesi Advogados Associados, ajuizou uma ação cujo objeto compreende a desoneração da incidência do IR sobre os valores percebidos pelos sindicalizados durante o período de licença-saúde.

Em primeira instância, os pedidos foram julgados improcedentes. No entanto, em 08/6 a 6ª Câmara Cível do TJMG reformou a referida sentença de primeiro grau, para dar provimento ao recurso de apelação interposto pelo SERJUSMIG.

Portanto, mais uma vitória densa e relevante do Sindicato. Da decisão, ainda cabe recurso por parte do Estado de Minas Gerais.

Esclarecimentos sobre a execução do Mandado de Segurança dos substitutos

O Mandado de Segurança dos substitutos (processo nº 1.0000.09.499713-7/000) se encontrava suspenso em decorrência da decisão do Desembargador Relator, que determinou que se aguardasse o julgamento da Reclamação ajuizada perante o STJ. O STJ extinguiu a Reclamação, sem resolução do mérito, tendo em vista que houve o cumprimento da obrigação de fazer por parte do TJMG, qual seja, efetuar o pagamento dos substitutos no PJ-70.

O departamento jurídico do SERJUSMIG peticionou junto ao MS dos Substitutos, informando a ocorrência do julgamento da Reclamação pelo STJ e requerendo a intimação do TJMG para que apresentasse os documentos necessários para elaborar a planilha de cálculos dos valores devidos a cada um dos Servidores substitutos.

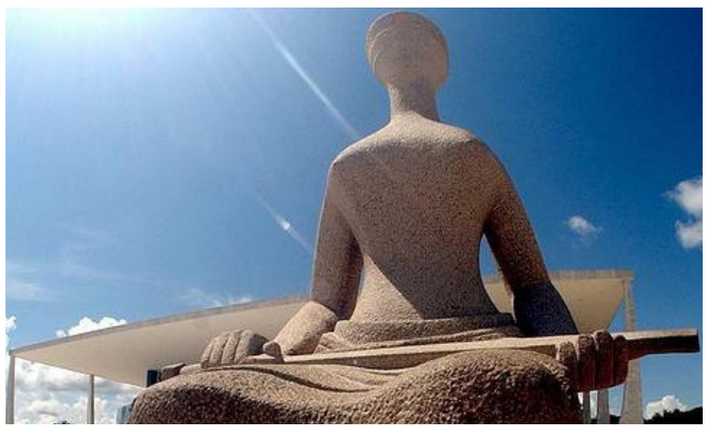
O pedido para apresentação dos documentos feito pelo Sindicato não foi apreciado, tendo em vista ter sido juntado aos autos ofício do Presidente informando o resultado do julgamento da Reclamação perante o STJ, sendo o processo levado à conclusão antes da juntada do requerimento formulado pelo Sindicato.

Em 7/7/15, foi publicado despacho proferido pelo Desembargador Relator, que entendeu que deve ser realizada a liquidação do acórdão por artigos, em decorrência de existir fatos novos que necessitam ser provados.

O SERJUSMIG, discordando do entendimento do Desembargador Relator, interpôs, em 13/7/15, o recurso de embargos de declaração postulando que a liquidação do acórdão transitado em julgado se dê através de simples cálculos aritméticos, uma vez que basta verificar o valor percebido por cada servidor e efetuar o cálculo da diferença remuneratória gerada, caso o pagamento fosse realizado no PJ-70, bem como reiterou o pedido de intimação do TJMG para que apresentasse os documentos necessários para a elaboração da planilha de cálculos.

O próprio Estado de Minas Gerais se manifestou nos autos afirmando que a liquidação deveria se dar nos termos do artigo 475-B, do CPC, que trata da liquidação através de planilha de cálculos. Em 31/7/15, o Desembargador Relator determinou a abertura de vista dos autos ao Estado de Minas Gerais para se manifestar sobre o recurso de embargos de declaração interposto.

O Estado de Minas Gerais se manifestou, estando os autos conclusos com o Desembargador Relator para apreciar o recurso. O departamento jurídico do SERJUSMIG está envidando todos os esforços necessários para a rápida solução da questão, para que possam ser realizados os cálculos dos valores devidos a cada um dos beneficiados por esta ação. Em relação à ação de cobrança referente aos cinco anos anteriores à impetração do Mandado de Segurança, a assessoria jurídica do SERJUSMIG já está confeccionando a petição inicial para ser ajuizada o mais breve possível.



Aposentados, sim! Inativos, não!

Novidade. Núcleo instituído pelo SERJUSMIG vai mobilizar os aposentados em torno de lutas da categoria e estimulá-los à adesão e à prática de atividades saudáveis

No dia 19/6, durante reunião realizada na sede do Sindicato, foi constituído o Núcleo de Aposentados do SERJUSMIG. Mais de 20 aposentados do TJMG, representando 17 comarcas mineiras, compareceram ao encontro. Na ocasião, o grupo assistiu a uma palestra do consultor previdenciário José Prata e ouviu alguns esclarecimentos da presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, sobre as lutas da categoria relacionadas aos aposentados e também aos Servidores da ativa que refletem em seus direitos.

O segundo encontro aconteceu dia 10/7, também na sede do Sindicato, quando o grupo assistiu a duas conferências: a primeira delas ministrada pela coordenadora da Frente Mineira de Defesa do Servidor Público, Ilva Maria Franca Lauria, que falou principalmente sobre a PEC 056/2014, do Senado Federal, que trata sobre a aposentadoria por invalidez dos Servidores Públicos, e também sobre a PEC 555/06 e a luta pelo fim da taxação previdenciária do aposentado.

A segunda palestra da tarde ficou a cargo do clínico geral e especialista em medicina preventiva Dr. Flavius Vieira, que conversou com todos os participantes sobre qualidade de vida, saúde e práticas importantes para a prevenção de doenças.

Os participantes do Núcleo de Aposentados do SERJUSMIG já participaram de três encontros e estão ansiosos pela próximo

Já o terceiro encontro do Núcleo foi realizado no dia 13/8, no Parque Ecológico Vale Verde. Dezenas de Servidores compareceram ao passeio, que proporcionou a todos momentos prazerosos de diversão e de muita troca de experiência.

As reuniões do Núcleo de Aposentados, na sede do SERJUSMIG, acontecem sempre nas segundas sextas-feiras de cada mês. "Nosso objetivo é reunir cada vez mais Servidores aposentados e realizar muitos encontros para consolidar este Núcleo. Queremos mobilizá-los em torno das lutas por seus direitos e estimular a integração de todos em atividades saudáveis e que promovam a qualidade de vida deste grupo que já provou que de inativo não tem nada", comemora Sandra.

Servidor, faça parte você também do Núcleo de Aposentados do SERJUSMIG!

Entre em contato e participe da próxima reunião: ligue para (31) 3025-3523 e fale com Kênia.

SERJUSMIG realiza capacitação online em formação sindical

Na AGE realizada no dia 13/6, foi deliberado que o Sindicato deveria investir na formação política de seus filiados. A ideia é que a categoria, mais conscientizada sobre seus direitos e deveres, aprimore sua capacidade de organização e de luta. Assim, no dia 11/7, o SERJUSMIG realizou a primeira atividade de capacitação, que foi transmitida online para todas as regiões do Estado.

Uma das palestrantes convidadas foi a advogada especialista em direito administrativo Mônica Perin, que relatou experiências sindicais importantes, numa das quais precisou lidar, inclusive, com a censura do Governo do Espírito Santo à imprensa, contra uma manifestação conjunta dos Servidores públicos do Estado.

Durante a transmissão, os Servidores ouviram, também, depoimento do diretor de formação pedagógica e sindical do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Rio Grande do Norte (Sisjern), Alexandre Lima Santos, que, recentemente, lidou com uma greve que durou 60 dias e sofreu todo o tipo de criminalização por parte da Administração do TJRN.

Outro palestrante foi o coordenador-geral do SINJUS, Wagner Ferreira, que relatou sua experiência ante à batalha que trava em defesa de 600 Servidores da 2ª Instância, que vêm sofrendo verdadeira perseguição por parte da atual administração do TJMG em virtude do movimento grevista de 2011.

Próxima etapa do curso será dia 22

Em sua próxima etapa, marcada para dia 22/8, que também será transmitida online, os Servidores contarão com uma palestra sobre política sindical, cujo palestrante será divulgado posteriormente em nosso site, além de uma explicação sobre itens constantes da pauta da próxima AGE (a ser realizada dia 29/8) e uma avaliação do atual contexto de negociações com o Tribunal de Justiça.

Os diretores sindicais farão, na oportunidade, explicação prévia da pauta da AGE, já que a assembleia geral não será transmitida online, tendo em vista a necessidade da presença do maior número de Servidores possível.

Rodada de Viagens percorre cidades do Vale do Jequitinhonha

Na rodada de visitas 2015, mais 13 comarcas do Vale do Jequitinhonha receberam a visita dos dirigentes do SERJUSMIG Rui Viana e Antônio Costa: Águas Formosas, Almenara, Araçuaí, Capelinha, Carlos Chagas, Itambacuri, Jacinto, Jequitinhonha, Medina, Minas Novas, Nanuque, Pedra Azul e Turmalina. Em todas as cidades percorridas, a receptividade com que a equipe do Sindicato foi recebida foi um dos pontos altos das viagens. "A garra e a disposição dos Servidores do Vale do Jequitinhonha renovaram nossa energia para a luta", comentou Rui Viana, vice-presidente do SERJUSMIG.

Os diretores foram verificar de perto as condições de trabalho dos Servidores das comarcas e também repassar a todos informes sindicais sobre data-base 2015, auxílio-saúde, PL 1106/2015, aposentadoria, orçamento, majoração da jornada de trabalho, auxílio-transporte, o alto índice de adoecimento, carreira, reajuste da magistratura (aumento automático com o aval do CNJ). O momento é uma boa oportunidade para que os Servidores reportem as dificuldades vivenciadas no trabalho. "Os Servidores estão indignados com a falta de respeito e de valorização por parte da administração do TJMG, que não quer respeitar sequer a data-base que já estava prevista no orçamento", avaliou Antônio Costa.

Águas Formosas

Almenara

Almenara II

Almenara III

Araçuaí

Capelinha

Carlos Chagas

Itambacuri

Jacinto

Jequitinhonha

Medina

Minas Novas

Nanuque

Pedra Azul

Turmalina

CORREIOS